



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** –

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA
PROJETO DE LEI Nº 4.245, DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para disciplinar o procedimento de entrega do recém-nascido para adoção nos casos em que o genitor possua interesse em manter a guarda da criança.

Autor: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

Relatora: Deputada CHRIS TONETTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.245, de 2024, de autoria do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, tem por objetivo alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de disciplinar o procedimento de entrega do recém-nascido para adoção nos casos em que o genitor possua interesse em manter a guarda da criança.

Como visto, a referida proposta legislativa foi justificada pelo respectivo autor com fundamento na necessidade de assegurar o direito do pai ou de outro membro da família natural de manifestar interesse em assumir a guarda do filho, garantindo a prevalência da família natural e o melhor interesse da criança.

De acordo com o despacho da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída para análise e parecer às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos dos arts. 24 e 54 do Regimento Interno, para tramitação em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental nesta Comissão.

É o relatório.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970
Brasília DF Tel. (61) 3215-5446 |

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254471017600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto

Apresentação: 17/11/2025 14:55:22.850 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 4245/2024

PRL n.1





II - VOTO DA RELATORA

A esta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família compete analisar o mérito da proposta, nos termos do que dispõe o art. 32, inc. XXIX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente em relação aos aspectos correlatos à proteção à infância, à adolescência e à família.

Destacamos que, nos termos do art. 55, *caput*, do Regimento Interno desta Casa, “nenhuma Comissão cabe manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica”, sob pena de se considerar não escrito o parecer ou as emendas que incidirem na violação.

Ao reforçar tal regulamentação, prevê o art. 119, § 3º, do mesmo diploma que “a apresentação de substitutivo por Comissão constitui atribuição da que for competente para opinar sobre o mérito da proposição, exceto quando se destinar a aperfeiçoar a técnica legislativa, caso em que a iniciativa será da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania”. Assim, embora deva haver compatibilização da técnica legislativa no âmbito do projeto, deixa-se de fazê-lo pelo motivo acima exposto.

A proposta do Projeto de Lei nº 4.245, de 2024, dialoga diretamente com os princípios de proteção integral e de prioridade da família natural, previstos no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando ao pai ou a outro membro da família extensa a possibilidade de manifestar interesse em assumir a guarda da criança antes da adoção.

Tal medida reforça a convivência familiar e comunitária, preservando vínculos biológicos e afetivos e atendendo ao melhor interesse da criança.

O art. 226 da Constituição Federal confere especial proteção do Estado à família como núcleo essencial da sociedade. Ao deixar de assegurar, de forma clara, a participação do genitor e da família extensa no processo de destituição do poder familiar ou na colocação da criança em adoção, a norma acaba por fragilizar o direito de convivência familiar, também assegurado pelo *caput* do art. 227 da Carta Magna, e pode gerar situações de irreparável afastamento afetivo, ainda que haja plena capacidade e interesse do pai ou dos avós em exercer a guarda e o cuidado.

Ao condicionar o início do processo de destituição do poder familiar à prévia verificação da existência de genitor, a proposta visa garantir que, antes de qualquer encaminhamento à adoção, seja





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** –

assegurada a oportunidade de manifestação daquele que eventualmente possa assumir a guarda e a responsabilidade pelo menor.

Por essas razões, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.245, de 2024, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 2025.

Deputada **CHRIS TONETTO**
Relatora

Apresentação: 17/11/2025 14:55:22.850 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 4245/2024

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970
Brasília DF Tel. (61) 3215-5446 |

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254471017600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonetto





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** –

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.245, DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer normas específicas sobre o procedimento de entrega de recém-nascidos para adoção, garantindo o direito de preferência e a manifestação de vontade do genitor que deseje assumir ou manter a guarda da criança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas específicas sobre o procedimento de entrega de recém-nascidos para adoção, garantindo o direito de preferência e a manifestação de vontade do genitor que deseje assumir ou manter a guarda da criança.

Art. 2º A Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19.....

§ 5º Fica assegurado o direito à convivência integral da criança com o genitor adolescente que se encontre em regime de acolhimento institucional.

.....” (NR)

"Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, mediante protocolo hospitalar que indicará a existência do genitor ou de integrante da família extensa interessado em assumir a guarda da criança.

§ 1º Os genitores e os demais membros da família mencionados no **caput** deste artigo serão ouvidos pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

.....

Apresentação: 17/11/2025 14:55:22.850 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 4245/2024

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970
Brasília DF Tel. (61) 3215-5446 |

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254471017600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto



* C D 2 5 4 4 7 1 0 1 7 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** –

Apresentação: 17/11/2025 14:55:22.850 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 4245/2024

PRL n.1

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor pela genitora ou pela instituição hospitalar, nos termos do **caput**, e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

§ 5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou genitor indicado, deverá ser objetivamente questionada e assim manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega.

§ 6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor registral ou indicado, nem qualquer representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la.

§ 7º Os detentores da guarda e o genitor registral ou indicado, se houver, serão intimados pelo Juízo que realizou o procedimento descrito neste artigo e terão o prazo 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, que será contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência, a ser expressamente indicado no mandado.

.....
§ 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, ressalvado o direito de conhecimento e pleno exercício de direitos do genitor, indicado ou registral, e respeitado o disposto no art. 48 desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 19-C. Quando houver genitor registral ou indicado, e a mãe tiver exercido o direito previsto no caput do art. 19-A desta Lei, o processo de destituição do poder familiar, em qualquer de suas modalidades, somente poderá ser iniciado após a inequívoca intimação do genitor para que compareça em juízo e manifeste desinteresse em assumir a guarda da criança.”

"Art. 166.....

§ 1º Se presentes ou representados ambos os genitores, e havendo expressa concordância, o juiz:

.....
§ 3º São garantidas:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** –

- I - a intimação do genitor para que tenha prévia e inequívoca ciência do processamento do pedido previsto no **caput** deste artigo, bem como para que compareça em juízo e manifeste sua pretensão;
- II - a livre manifestação de vontade dos detentores do poder familiar e o direito ao sigilo das informações.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 2025.

Deputada **CHRIS TONETTO**
Relatora

Apresentação: 17/11/2025 14:55:22.850 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 4245/2024

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970
Brasília DF Tel. (61) 3215-5446 |

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254471017600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto

